



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Gestão pública, território e diálogo: os princípios da educação popular no Programa Vix + Cidadania

Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes¹

Resumo: O presente trabalho analisou a incorporação dos princípios da Educação Popular no Programa Vix + Cidadania, política de transferência de renda de Vitória (ES), com foco na escuta, participação social e construção compartilhada nos territórios. Adotou abordagem qualitativa, com análise documental, revisão bibliográfica e sistematização de experiências da equipe técnica. Identificaram-se mecanismos de participação e desafios relacionados ao acesso à alimentação, renda e serviços. Observou-se que práticas participativas ocorrem de forma desigual, limitadas por sobrecarga da equipe de trabalho e recursos insuficientes. Destacam-se potencialidades na Educação Alimentar e Nutricional, na escuta das famílias e na gestão participativa, contribuindo para o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Palavras-chave: educação popular; gestão pública; participação social; transferência de renda.

Public management, territory and dialogue: the principles of Popular Education in the Vix + Cidadania Program

Abstract: This study analyzed the incorporation of Popular Education principles in the Vix + Cidadania Program, a cash transfer policy in Vitória (ES), focusing on listening, social participation, and shared knowledge construction in the territories. A qualitative approach was adopted, including document analysis, literature review, and systematization of the technical team's experiences. Mechanisms for participation and challenges related to access to food, income, and services were identified. Participatory practices were found to occur unevenly, limited by staff workload and insufficient resources. The study highlights potential in Food and Nutrition Education, attentive listening to families, and participatory management, contributing to the Human Right to Adequate Food.

Keywords: popular education; public management; social participation; cash transfer.

1 Introdução

O presente estudo investiga como os princípios da Educação Popular (EP) foram incorporados (ou poderiam ser) na implementação do Programa Vix + Cidadania, em Vitória (ES), com foco na escuta ativa, participação social e construção compartilhada de conhecimento nos territórios. O Programa em questão é um programa de transferência de renda que foi implementado pela Lei 9.861/2022, sendo utilizado o modelo de “cartão-alimentação” para ser operacionalizado.

¹ Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal do Espírito Santo e em Educação Popular em Saúde pela Fiocruz Brasília. Email: rprgfernandes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4851219280068899>.

O estudo busca ainda identificar os mecanismos de controle social previstos no programa, mapear situações-problema vivenciadas pelos beneficiários e propor estratégias para fortalecer a gestão participativa. Nesse sentido, explora a Educação Popular, inspirada em Paulo Freire, como referencial teórico-metodológico que orienta práticas voltadas à valorização dos saberes dos sujeitos, à promoção da autonomia, da participação e da democratização da gestão. Além disso, conforme Pontual (2017), a Educação Popular contribui para o empoderamento dos sujeitos e de suas organizações, ao potencializar formas democráticas de incidência nas políticas públicas. Tal perspectiva mostra-se especialmente relevante para políticas públicas territorializadas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde se insere o Vix + Cidadania.

Importa mencionar que o Programa tem como objetivos garantir renda mínima, ampliar o acesso à alimentação, reduzir desigualdades, erradicar a extrema pobreza, promover o acesso a serviços e fortalecer vínculos comunitários na capital do Espírito Santo. Esses objetivos evidenciam que o mesmo deve ter uma natureza intersetorial e territorial, o que favorece a criação de condições para a incorporação de práticas da Educação Popular, especialmente no fortalecimento da participação social e da cidadania.

Entretanto, apesar dessa afinidade, há lacunas na efetiva incorporação desses princípios. A participação dos beneficiários, por exemplo, não esteve presente na fase inicial de formulação do programa, que priorizou a urgência da implementação. Como consequência, surgiram críticas relacionadas à rede credenciada e às taxas administrativas, apontadas por usuários e comerciantes locais. Mesmo diante dessas demandas, o modelo operacional permaneceu sem alterações significativas.

Essas questões apontam para a compreensão de que as políticas públicas não são neutras, mas resultam de disputas históricas e sociais. Conforme Behring e Boschetti (2006), as políticas sociais são marcadas por contradições: ao mesmo tempo em que ampliam direitos, também atuam na regulação das desigualdades. Assim, a participação pode tanto fortalecer a democracia quanto se limitar a mecanismos formais, dependendo de como é operacionalizada.

O território, nesse contexto, é compreendido como espaço político de disputas, onde se expressam relações de poder, direitos e identidades. Programas como o Vix + Cidadania atuam diretamente nesses espaços, podendo favorecer ou abafar

processos de cidadania ativa. Na perspectiva da Educação Popular, contudo, a participação é um processo formativo e coletivo, no qual os sujeitos se reconhecem como protagonistas capazes de intervir na realidade e influenciar decisões do Estado.

Essas questões revelam tensões entre participação formal e participação efetiva. Autores como Coutinho (1999), por exemplo, destacam que a cidadania é um processo em construção, dependente da participação ativa dos sujeitos e é nesse sentido que se questiona em que medida o Programa Vix + Cidadania cria condições institucionais para essa participação ou se limita a formas mais restritas de controle social.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com base na pesquisa participante (BRANDÃO, 1984). A pesquisadora está inserida diretamente no campo, atuando na gestão do Programa, o que possibilita uma análise situada e comprometida com a transformação da realidade. São analisados documentos institucionais, registros de reuniões, oficinas com famílias e experiências da equipe técnica, compreendidos como expressões de processos de trabalho, sociais e políticos.

A pesquisa participante, conforme Brandão (1984), pressupõe envolvimento entre pesquisador e campo, reconhecendo os sujeitos como coprodutores do conhecimento. Essa abordagem é coerente com os princípios da Educação Popular, ao valorizar o diálogo, a construção coletiva e o compromisso ético-político com os territórios.

Por fim, o estudo busca contribuir para o aprimoramento do Programa Vix + Cidadania, evidenciando seus limites e potencialidades. Ao analisar práticas de escuta, participação e gestão, pretende-se fortalecer estratégias que ampliem o protagonismo dos sujeitos, promovam a cidadania ativa e contribuam para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Além disso, o trabalho reforça o papel das políticas públicas como espaços de formação, disputa e construção democrática nos territórios.

2. Desenvolvimento

O estudo analisa o Programa Vix + Cidadania, a partir do desafio de identificar em que medida os princípios da Educação Popular (EP) foram incorporados em sua implementação, evidenciando que sua construção resulta de um processo histórico marcado por disputas institucionais, técnicas e políticas. O programa emerge no contexto das discussões sobre os limites das cestas de alimentos como resposta à

insegurança alimentar e nutricional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Esses debates eram provocados pela equipe técnica da assistência social no final do segundo mandato de uma gestão municipal tradicionalmente associada a uma agenda de centro-esquerda no espectro político nacional, com foco em políticas sociais e de inclusão, embora sem ruptura radical com práticas administrativas tradicionais.

Desde a formulação do Programa, observa-se a atuação central das equipes técnicas na mediação entre demandas territoriais e decisões institucionais, enquanto a gestão assume o papel de definição estratégica e formalização da política. Já as famílias beneficiárias participaram de forma indireta, por meio das demandas captadas no cotidiano dos serviços, sem espaços estruturados de deliberação. Essa configuração evidenciou um limite importante: a escuta existiu, mas não se traduziu plenamente em incidência política, configurando uma participação mediada e restrita.

No processo de implementação, segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (2024), o Programa apresentou impactos positivos relevantes, especialmente na ampliação do acesso a alimentos variados e itens essenciais, indicando melhora nas condições de vida das famílias. Entretanto, também foram identificados problemas estruturais, como dificuldades de acesso aos estabelecimentos credenciados, preços elevados e limitações na rede de atendimento. Esses desafios foram amplamente apontados pelos beneficiários, mas suas demandas demoraram a repercutir nas decisões da gestão, revelando um descompasso entre experiência social e resposta institucional.

Esse cenário explicita a tensão entre participação formal, a que está escrita na letra da lei e participação efetiva, que se materializa nas ações dos sujeitos, tema central em Coutinho (1999). Para o autor, a cidadania não se reduz à existência de direitos instituídos, mas exige condições para seu exercício efetivo. Ele afirma:

...o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é, muitas vezes, o seu simples reconhecimento legal-positivo, mas a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos nas Constituições, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a sua efetiva materialização (Coutinho, 1999, p, 50).

Assim, o programa evidencia uma lógica ainda marcada pela centralidade técnico-administrativa e por práticas que priorizam a eficiência burocrática em detrimento da construção coletiva.

A Educação Popular é apresentada como alternativa teórico-metodológica para enfrentar esses limites. Fica evidenciado, pelo estudo, que a construção do Programa ocorreu a partir de uma dinâmica que envolveu distintos sujeitos, com graus diferenciados de participação. A equipe técnica da assistência social teve papel central no processo, atuando com relativa autonomia na identificação de problemas, na formulação de propostas e na mediação entre a realidade dos territórios e o nível decisório.

A gestão, por sua vez, assumiu a condução política e institucional do processo, sendo responsável por sistematizar as contribuições técnicas, definir os direcionamentos estratégicos e formalizar a proposta do Programa.

Já as famílias atendidas participaram de forma indireta, por meio de demandas, relatos e experiências captadas no cotidiano dos serviços e transmitidas pelos trabalhadores, sem que houvesse espaços estruturados de escuta ou deliberação direta no momento de formulação da política. O fato de as famílias serem ouvidas pelas equipes técnicas mas essa escuta não reverberar nas estruturas burocráticas do poder executivo municipal parece mesmo uma tentativa de manter aparente coerência com a democracia e defesa de valores como a participação social, mas é apenas uma forma de manter o controle sem alteração da relação dominante x dominado.

Sob a perspectiva da Educação Popular, essa configuração revela um limite importante. Para a EP, o envolvimento dos sujeitos não pode se restringir à consulta informal ou à escuta instrumentalizada, mas deve ocorrer de maneira direta e intencional, abrangendo as diferentes etapas da política pública: da formulação à implementação, do monitoramento à avaliação (Freire, 1987; Pontual, 2017). A participação, nesse horizonte, é compreendida como processo formativo e político, no qual os sujeitos se reconhecem como protagonistas, capazes de interpretar sua realidade, problematizar as políticas que os afetam e incidir coletivamente sobre suas direções. A EP opera como um princípio orientador da gestão pública, tensionando modelos verticalizados de decisão e promovendo a construção coletiva de sentidos sobre a política pública.

Nessa perspectiva, o Programa Vix + Cidadania apresenta potencial para contribuir com a ampliação da cidadania ativa na medida em que atua no território, mobiliza equipes multiprofissionais e se articula com o acesso a direitos fundamentais, como renda, alimentação e serviços públicos. Contudo, esse potencial somente se

concretiza plenamente quando a política incorpora práticas que fortaleçam a participação social substantiva, superando modelos verticalizados e tecnocráticos de gestão.

Se incorporada à gestão do Programa Vix + Cidadania, a Educação Popular pode contribuir para deslocar a centralidade da política de uma lógica predominantemente assistencial e tecnocrática para uma abordagem pedagógica, dialógica e territorialmente referenciada, na qual o conhecimento técnico se articula aos saberes produzidos pelas famílias e comunidades e o poder decisório é redistribuído.

Apesar desse potencial, é importante refletir criticamente sobre diversos aspectos. Um deles, é destacado por Frei Beto, que escreveu um artigo intitulado “Políticas sociais mudam a cabeça do povo?”, pergunta à qual ele responde categoricamente: não. Afirmar que quem faz a cabeça do povo é o capitalismo e aponta a única alternativa possível em sua opinião: intenso e imenso trabalho de educação popular, citando especificamente o método Paulo Freire. O autor afirma ainda que o governo dispõe de dois recursos preciosos a seus olhos e que podem fazer diferença: a capilaridade e o sistema de comunicação.

Entretanto, a conversão dessa capacidade estrutural em processos efetivos de conscientização, participação e fortalecimento da cidadania não se dá de forma automática. Trata-se de um movimento complexo, dialógico e historicamente situado, que não depende exclusivamente da vontade política da gestão, tampouco se realiza apenas pela pressão popular ou pela atuação das equipes técnicas. A construção de práticas democráticas no interior das políticas públicas exige tempo, disputas, mediações, condições materiais e transformações sociais que se desenvolvem de maneira contraditória, no interior das próprias relações de poder que estruturam o Estado.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas ao longo da implementação do Programa Vix + Cidadania revelam um aspecto central do processo construtivo das políticas públicas: mesmo quando a formulação inicial não incorpora mecanismos institucionais de participação direta, emergem, no cotidiano da execução, demandas, críticas e saberes produzidos pelas famílias beneficiárias. As reclamações relativas à elevada taxa administrativa do cartão, às limitações da rede de estabelecimentos credenciados e às dificuldades operacionais expressam formas legítimas de manifestação, ainda que não formalizadas em espaços deliberativos.

Essas vozes, embora inicialmente absorvidas de modo fragmentado e mediado pelas equipes técnicas, tensionam a política em curso e evidenciam que a participação social não se restringe aos canais institucionais previstos, mas se produz também nas contradições do cotidiano, nos conflitos e nas resistências que atravessam a implementação da política pública. Reconhecer esse movimento é fundamental para compreender tanto os limites quanto as possibilidades de transformação do Programa, especialmente quando se adota a Educação Popular como referência teórico-metodológica para mediar a relação entre Estado e sociedade.

A partir de todo o exposto até aqui, apontam-se algumas proposições metodológicas para a incorporação da Educação Popular na gestão do Programa Vix + Cidadania, o que pode qualificar não só o Programa em si, mas o processo de fortalecimento da própria democracia brasileira.

A primeira dessas proposições, é a incorporação da EP ao Programa Vix + Cidadania visando o estímulo à participação das famílias nos espaços formais, os quais deverão se adaptar para acolher essa participação: realizar a sistematização periódica das demandas territoriais, com envio formal de relatórios ao Grupo Gestor do Programa e aos conselhos municipais, de modo a transformar a escuta técnica em pauta política; a realização de encontros territoriais ampliados ou audiências públicas que envolvam famílias beneficiárias, técnicos, gestores e representantes de conselhos, criando espaços de diálogo e deliberação; e a garantia de devolutiva pública e acessível das decisões, explicitando quais demandas foram incorporadas, quais não puderam ser atendidas e os fundamentos adotados.

A partir desses caminhos sugeridos, podemos destacar outras questões que extrapolam esse estudo, indicando possibilidades de pesquisa futura: quem são os sujeitos que participam dos espaços do Programa e dos conselhos de controle social do município? Quais são as condições institucionais e materiais que favorecem ou limitam essa participação? É interessante investigar como a participação das famílias pode atravessar não apenas a execução, mas também a formulação, o monitoramento e a avaliação do Vix + Cidadania, bem como seus efeitos sobre a gestão, as práticas profissionais e a experiência das famílias com a política pública. Ou seja, o ciclo completo da EP, onde cada etapa é rica em possibilidades de pesquisa.

Outra proposição para o Programa é a integração das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a metodologias participativas inspiradas na Educação Popular, articulando os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Essa dimensão é relevante, pois o Programa Vix + Cidadania tem entre seus objetivos o de promover a ampliação do acesso à alimentação necessária pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Art. 2º, inciso II da Lei Municipal nº 9.861/2022).

Ao estabelecer o objetivo de “ampliação da alimentação necessária”, o próprio texto da lei permite subentender que aqueles que têm acesso limitado aos alimentos vivenciam situações de insegurança alimentar e nutricional. Portanto, conforme estabelece o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas

(...) Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012, p. 23, grifo meu).

Se tomamos por base esse conceito, é possível afirmar que, ao promover EAN devemos nos pautar pelo diálogo e construção compartilhada de saberes, princípios próprios da Educação Popular. Em outras palavras, significa dizer que realizar uma ação de EAN é também trabalhar com educação popular e integrar essas ações educativas ao Programa Vix + Cidadania pode ser um canal para espaços de diálogo, problematização e construção coletiva.

Por fim, uma terceira proposição para o fortalecimento da participação através e no Programa Vix + Cidadania passa por reconhecer a gestão pública como um espaço pedagógico, onde decisões administrativas, processos de avaliação e escolhas técnicas produzem sentidos, aprendizagens e disputas políticas. Nessa perspectiva, a realização de pesquisas e avaliações sobre o Programa, mesmo diante de limites institucionais, como a ausência de recursos específicos e a sobrecarga cotidiana das equipes, revela o potencial formativo desses processos quando conduzidos de forma crítica e comprometida.

Tal processo confirma a leitura de Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti de que análise das políticas sociais, sob o enfoque dialético, precisa considerar elementos essenciais, tais como a natureza do capitalismo, o papel do Estado e o papel das classes sociais (Behring e Boschetti, 2022). Em outras palavras, a política social e sua gestão constituem um campo de mediações e disputas, no qual instrumentos técnicos como diagnósticos, indicadores e pesquisas, participam da própria conformação da política e de seus sentidos sociais. Assim, pesquisar, sistematizar e avaliar deixam de ser atos somente operacionais e passam a integrar o movimento de construção histórica da política pública.

Nesse horizonte, a devolutiva pública, acessível e dialogada dos resultados às famílias, trabalhadores e demais atores envolvidos se torna etapa essencial do próprio processo educativo. Ao socializar os resultados e permitir que os sujeitos se reconheçam nos dados, amplia-se a apropriação social do conhecimento produzido, estimulando a leitura crítica da realidade e fortalecendo a corresponsabilidade na gestão. Desse modo, a Educação Popular tensiona a lógica tecnocrática da administração pública ao afirmar que conhecer, decidir e avaliar são atos simultaneamente técnicos, políticos e educativos e que a produção de conhecimento na gestão pode constituir, ela própria, uma prática de formação, participação e democratização da política social.

3. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar como e se os princípios da Educação Popular são incorporados no Programa Vix + Cidadania, com ênfase na escuta ativa, na participação social e na construção compartilhada de conhecimento nos territórios.

A análise realizada permite afirmar que tais princípios encontram correspondência conceitual com os objetivos do Programa e com sua vinculação às políticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional; contudo, sua incorporação na prática de gestão e execução ainda se dá de forma parcial, indireta e pouco institucionalizada.

Verificou-se ainda que o Programa prevê, em sua base normativa e institucional, instâncias formais de controle social e se articula ao trabalho social com famílias desenvolvido na rede socioassistencial. Entretanto, constatou-se fragilidade na

efetivação desses mecanismos como espaços vivos de escuta e deliberação. A participação das famílias ocorre predominantemente de forma mediada pelas equipes técnicas, sem que haja, no desenho inicial do Programa, dispositivos estruturados de consulta, decisão compartilhada ou monitoramento participativo.

O estudo também mapeou situações-problema vivenciadas pelos beneficiários, especialmente no que se refere ao formato de operacionalização via cartão-alimentação, às dificuldades de acesso a estabelecimentos credenciados, aos preços praticados e às taxas administrativas. Tais questões emergiram tanto na pesquisa realizada com beneficiários quanto nos relatos cotidianos captados pelas equipes nos territórios, evidenciando que as famílias produziram leituras críticas sobre o Programa. Observou-se, porém, que essas vozes, embora presentes na base operacional, demoraram a repercutir nas instâncias decisórias da gestão, revelando descompassos entre experiência social e decisão administrativa. Esse aspecto reforça a compreensão de que a escuta existente no Programa é mais reativa do que estruturante, aproximando-se de uma participação indireta e não de processos sistemáticos de construção coletiva.

Por fim, o trabalho formulou proposições para o fortalecimento da gestão participativa e da Educação Popular no Vix + Cidadania, destacando: (1) a ampliação de espaços territoriais de escuta e diálogo com famílias com capacidade de incidência na gestão; (2) a integração das ações de Educação Alimentar e Nutricional a metodologias participativas inspiradas na Educação Popular e no Direito Humano à Alimentação Adequada; e (3) o reconhecimento da gestão e da produção de conhecimento como processos pedagógicos, com devolutivas públicas e acessíveis aos sujeitos envolvidos.

Por outro lado, o estudo apresenta alguns limites que precisam ser explicitados. A ausência de instrumentos sistemáticos de escuta direta das famílias no desenho inicial do Programa restringiu a disponibilidade de dados produzidos com participação direta dos beneficiários, o que reforça, paradoxalmente, a própria lacuna que o estudo identifica. Soma-se a isso o recorte temporal recente do Programa, ainda em consolidação, o que limita análises de longo prazo sobre seus efeitos sociais.

Quanto às possibilidades futuras, a trajetória do Programa demonstra que, mesmo quando a participação não é incorporada na formulação inicial, emergem, no cotidiano da implementação, saberes, críticas e demandas produzidas pelas famílias e mediadas pelas equipes. Esse movimento indica que a política pública é um processo

histórico e dialógico, no qual a Educação Popular pode operar como mediação entre experiência social e decisão estatal.

Considera-se, portanto, que o Programa Vix + Cidadania apresenta condições institucionais e operacionais para incorporar de modo mais consistente os princípios da Educação Popular, especialmente na escuta ativa, na participação social e na produção compartilhada de conhecimento. Contudo, tal incorporação requer deslocamentos na cultura de gestão, com institucionalização de dispositivos participativos, fortalecimento do controle social e reconhecimento dos beneficiários como sujeitos de saber e de direito.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022. v. 2.

BETTO, Frei. **Políticas sociais mudam a cabeça do povo? Instituto Humanitas Unisinos, 5 maio 2023**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628413-politicas-sociais-mudam-a-cabeca-do-povo-artigo-de-frei-betto>. Acesso em: 21 abr. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas, Marília, v. 22, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087>. Acesso em: 11 dez. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Ensaio de crítica literária, filosofia e política**. Organização de Andrea Maria de Paula Teixeira e Gláucia Lelis Alves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020. v. 1. (Coleção Carlos Nelson Coutinho).

PONTUAL, Pedro. **Educação Popular e Incidência em Políticas Públicas**. 2017. Disponível em: [// piape.prograd.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Educacao-Popular-e-Incidencia-em-Politicas-Publicas-Pedro-Pontual-2017.pdf](https://piape.prograd.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Educacao-Popular-e-Incidencia-em-Politicas-Publicas-Pedro-Pontual-2017.pdf). Acesso em: 04 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). **Lei nº 9.861, de 20 de julho de 2022**. Institui no Município de Vitória o Programa “Vix + Cidadania” para famílias em situação de vulnerabilidade social – extrema pobreza e pobreza, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Vitória. 04 ago. 2022. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L98612022.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional. **Avaliação do consumo alimentar e da segurança alimentar e nutricional em beneficiários do Programa Vix + Cidadania da cidade de Vitória/ES**. Vitória: SEMAS; Centro Universitário Salesiano, 2024.